



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Segunda Câmara
Sessão: **6/8/2019**

111 TC-005859.989.16-2 - CÂMARA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – JULGAMENTOS

Câmara Municipal: Pedra Bela.

Exercício: 2017.

Presidente(s) da Câmara: Maria Jerusa Ferreira.

Advogado(s): Pedro Alberto Guerra Santos (OAB/SP nº 304.043).

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.

Fiscalizada por: UR-3 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-3 - DSF-II.

Despesas:

Totais do Legislativo (até 7%):	4,09%
Folha de pagamento (até 70%):	44,43%
Pessoal (até 6,00%):	1,92%

EMENTA: CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL. IRREGULARIDADE. ASSESSORIA JURÍDICA. COMPRAS.

Contratação de assessoria por valores injustificados. Compras sem a devida pesquisa de preço e por valores acima do mercado.

Relatório

Em exame, as contas apresentadas pela **Câmara Municipal de Pedra Bela**, referentes ao exercício de 2017, que foram fiscalizadas pela Unidade Regional de Campinas – UR 03 (ev. 31).

No respectivo relatório constam os resultados da verificação dos itens selecionados pela relevância, histórico, materialidade e outros fatores que determinaram sua inclusão nos períodos analisados.

As principais ocorrências registradas ao final do período são as seguintes:

Controle Interno

- funcionamento deficiente do controle, não se manifestando nos processos de despesa e também na prestação de contas de adiantamentos.

Encargos

- Recolhimento de FGTS para servidor comissionado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Outras Despesas

- despesas de R\$ 51.300,00 com a contratação de consultoria jurídica, equivalente a 9,85% da despesa total da Câmara, sendo que no período de 2014 a 2017 houve apenas 04 processos judiciais, sendo 03 ações diretas de inconstitucionalidade.

Licitações

- realização de pesquisa de preço em empresas cujos proprietários são os mesmos;
- aquisição de bens por valor acima do custo médio de mercado.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal:

- atendimento parcial às recomendações exaradas por este E. Tribunal

Notificado (ev. 37), o responsável juntou aos autos alegações de defesa e documentos (ev. 57).

Em especial sobre o recolhimento de FGTS para comissionados, alegou que a matéria não é questão pacífica ainda nesta E. Corte, sendo, porém, sancionada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

No tocante à contratação de assessoria jurídica, a autoridade responsável defendeu que a opção alternativa, ou seja, a contratação de servidor efetivo por meio de concurso é muito mais custosa, não sendo, portanto, de interesse público.

Finalmente, buscou demonstrar a legalidade das compras, apresentando documentação para comprovar a adequação dos valores pagos.

A manifestação de ATJ encontra-se nos eventos 65 a 69, em que considerou satisfatórias as contas do Legislativo, nos aspectos econômicos e financeiros.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

O Ministério Público de Contas (ev. 81), por seu turno, opina pela irregularidade, em virtude do recolhimento de FGTS para servidor comissionado e da contratação de assessoria jurídica terceirizada.

Contas anteriores:

2014 – TC-002901/026/14 – regular com ressalva

2015 – TC-001065/026/15 – regular com ressalva

2016 – TC-004669/989/16 – em trâmite.

É o relatório.

galf.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-005859.989.16-2

A instrução dos autos demonstra que as contas da **Câmara Municipal de Pedra Bela** possuem falhas que impedem sua aprovação.

Neste sentido, são decisivos os gastos excessivos com assessoria jurídica, além dos problemas com as aquisições de bens e serviços.

Com efeito, sobre a contratação de assessor jurídico, observo primeiramente que se trata de um ajuste visando à prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria jurídica e legislativa. É, portanto, uma contratação que, em sua natureza, se mostra razoável frente ao bem dimensionado quadro de pessoal da Edilidade que é, frise-se, compatível com o porte do Município.

Neste sentido, acerta a defesa ao se lembrar do princípio da economicidade, num cenário de escassez de recursos e de abundância de problemas enfrentado permanentemente pela administração pública.

A propósito, havia apenas um cargo em comissão ocupado em 2017, tendo a Câmara Municipal um total de dois servidores, o que é evidentemente adequado.

Não obstante, a Edilidade não logrou explicar a violenta expansão nos custos da assessoria. Com efeito, em 2014 foi pago um valor total de R\$ 20.020,05, subindo para R\$ 24.900,00, em 2015, R\$ 42.600,00, em 2016 e, por fim, R\$ 51.300,00, no exercício.

Ocorre, porém, que este aumento de gasto não foi acompanhado, pelo que foi apurado pela instrução, de proporcional incremento no volume de serviços prestados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Ademais, também é agravante a realização de compras com pesquisa de preço em empresas do mesmo proprietário, acima do valor de mercado. Ainda que não tenha acumulado valor substantivo, tal prática revela inaceitável desleixo com a coisa pública.

Tais falhas, portanto, maculam as contas.

No tocante ao recolhimento de FGTS, seguindo julgados desta Corte de Contas (TC-001123/026/15, TC-004780/989/16, entre outros), e tendo em vista que a questão ainda não foi pacificada em âmbito dos competentes Tribunais, vejo ser pertinente não se recomendar aos Órgãos da Administração Pública a cessação do recolhimento do FGTS até resolução definitiva do ponto de controvérsia.

Afasto, logo, a falha.

No mais, no quadro geral, o **gasto total do Legislativo** manteve-se dentro das metas estabelecidas pelo artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal, pois correspondeu a **4,09%** da receita efetivamente arrecadada pelo Município no exercício anterior.

A Edilidade também atendeu ao limite estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/00, pois destinou **1,92%** da receita corrente líquida do Município às **despesas com pessoal e reflexos**.

Da mesma forma, foi respeitado o limite imposto pelo § 1º do já citado artigo, eis que o dispêndio com a **folha de pagamento (44,43%)** foi inferior a 70% da receita realizada.

Os repasses de duodécimos foram suficientes para cobertura das despesas do Legislativo.

Feitas tais considerações, voto pela **irregularidade** das contas da **Câmara Municipal de Pedra Bela**, relativas ao exercício de **2017**, com base no artigo 33, inciso III, “c”, da Lei Complementar nº. 709/1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Excetua-se desta decisão os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Eis o meu voto.